

Guardas Universitários(as) da USP. Uma antropóloga em meio a eles(as), à reitoria e à comunidade: emoções, discursos, práticas profissionais e institucionais¹

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP/Brasil)

Resumo

Este trabalho resulta da convergência de outros dois. O primeiro constou da observação-participante que realizei durante os 9 meses em que fui Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária da USP (de 04/2014 a 01/2015). O segundo é a pesquisa “Memórias de Guardas Universitários(as) da USP”, a qual coordeno, desde agosto de 2015, prevista para terminar em dezembro deste ano.

Proponho-me a sistematizar e a apresentar, neste GT, minhas observações-participantes (e mesmo as “participações-observantes”) registradas em cadernos de campo improvisados durante a tensa situação em que, como antropóloga, advogada, docente e pesquisadora, integrei uma gestão reitoral à frente de uma Guarda Universitária basicamente composta por homens e que, antes da minha nomeação, era dirigida por um coronel reformado da Polícia Militar. Esse material constitui uma matéria-prima significativa para análises referentes ao fazer etnográfico e às emoções nele envolvidas em uma situação em que o *campo* foi um *campus* marcado por compromissos políticos, profissionais e institucionais relacionados à segurança pública, à cidadania e à violência.

A pesquisa “Memórias de Guardas Universitários(as) da USP” decorreu do compromisso que eu havia assumido, quando superintendente, de coletar, sistematizar e analisar discursos de guardas cujas carreiras tivessem alcançado ao menos 15 anos em 31/01/2015. Como não tive tempo, enquanto superintendente, de honrar esse compromisso, decidi fazê-lo, posteriormente, como docente e pesquisadora, elaborando uma proposta que agreguei ao Projeto Interunidades em *Violência, Democracia e Direitos* e ao Subprojeto *Sujeitos, Discursos e Instituições*, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).

De setembro de 2015 a março de 2016, com uma equipe de 5 graduandas, foram entrevistados(as) 38 guardas dos três *campi* paulistanos da USP. Todas as entrevistas foram gravadas e a maioria concedida por duplas de guardas a duplas de entrevistadoras. Também foram solicitados e recolhidos artigos de jornais e/ou revistas, fotos e outros documentos de acervos pessoais dos(as) guardas.

Na atual fase de transcrição e análise das entrevistas, estamos trabalhando com os conceitos de memória, identidade e pessoa, todos entendidos como resultantes de processos relacionais marcados por emoções e moralidades.

Pretendo, portanto, colocar em discussão emoções e sociabilidades urbanas marcadas por situações de violência e risco, assim rememoradas pelos(as) guardas universitários(as) em suas entrevistas e assim também sentidas por mim durante e após a minha experiência como antropóloga-superintendente de prevenção e proteção universitária.

Palavras-chave

guardas, emoções, memórias

¹ - Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB. GT. 26: Emoções, Política e Trabalho no Mundo Contemporâneo.

1. Considerações iniciais: “Meu casaco de superintendente. Duzentos e oitenta e cinco dias no *front* da segurança pública da USP”

A paráfrase poderia ser outra, talvez “Corpo e Alma. Notas etnográficas de uma aprendiz de superintendente” (Wacquant, 2002). “Observação-participante e participação-observante” (Durham, 1986) também seria um clássico e apropriado trocadilho antropológico, assim como “ser afetada” (Favret-Saada, 2005) expressaria o meu envolvimento institucional-político-antropológico com a Guarda Universitária (GU) da USP.

Escolhi, todavia, parafrasear Luiz Eduardo Soares porque, guardadas todas as devidas e muitas proporções, foi ao reler o seu livro *Meu casaco de general. Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro* (Soares, 2000), logo após ser exonerada da Superintendência de Segurança da USP (SEG), em janeiro de 2015 (285 dias depois de ter tomado posse), que senti um primeiro conforto. Conforto não só antropológico-intelectual, mas pessoal e emocional.

Mas, para de chegar à exoneração, retomarei um pouco o que se tornou, sem que eu planejasse, um intenso e denso trabalho de campo no *campus* em que eu trabalho.

Enfatizarei, neste *paper*, alguns aspectos da minha experiência político-administrativo-etnográfica enquanto Superintendente de Prevenção e Proteção da USP em detrimento da pesquisa que, posteriormente, realizei com guardas universitários. Como os principais registros dessa pesquisa (projeto, primeiras análises e algumas outras referências) se encontram disponíveis no *site* do Núcleo de Estudos da Violência da USP², eu me permitirei, nas próximas páginas, sistematizar registros do campo, memórias e emoções que permaneciam latentes.

2. “Uma criança no *campus*”

Era início de abril de 2014 quando fui chamada ao gabinete do reitor Marco Antonio Zago, nomeado semanas antes (final de janeiro) pelo governador de SP Geraldo Alckmin, a partir de uma lista tríplice resultante de um colégio eleitoral bastante restrito. Seu nome era o primeiro da lista, o que refletia, em boa medida,

² - <http://nevusp.org/destaques-home/apresentacao-dos-resultados-parciais-da-pesquisa-memorias-de-guardas-universitarias-da-usp/>

resultados de uma ampla consulta informal feita, no final de 2013, entre funcionários, estudantes e docentes³.

Como o reitor e eu já nos conhecíamos, da época em que ele, como pró-reitor, presidia o Conselho de Pesquisa do qual eu participava, como presidente da comissão de pesquisa da FFLCH (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas), supus que o seu chamado poderia ter relação com aquele período ou com o fato de eu ter me tornado chefe do departamento de antropologia e estar às voltas com um concurso docente em vias de reedição.

Fiquei muito surpresa quando, assim que começamos a conversar, fui imediatamente convidada a presidir um Grupo de Trabalho sobre Segurança na USP, “dada a minha trajetória de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos da Violência e no campo dos direitos humanos”. Eu ainda estava lhe perguntando detalhes dessa proposta, quando ele formulou o segundo convite: que, em caráter experimental, eu assumisse a Superintendência de Segurança da USP (SEG).

Tive poucos dias para responder aos dois convites, tempo em que apenas troquei idéias com alguns colegas próximos e comecei a pesquisar o que, igualmente com surpresa, constatei ignorar solenemente: o funcionamento da segurança na Universidade que eu freqüentava desde 1983, como estudante de Ciências Sociais, depois de direito e, em seguida, como mestranda, doutoranda e docente do departamento de antropologia.

O aceite dos convites foi, em grande parte, impulsionado pela constatação antropológica de que, daquele novo ponto de vista, “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) da gestão central da Universidade, o “familiar” provavelmente se tornaria estranho e, portanto, eu teria a oportunidade única de, ao mesmo tempo, realizar um trabalho institucional desafiador e uma pesquisa etnográfica inédita.

Mal saiu a minha nomeação como “superintendente em exercício”, fui apresentada ao meu antecessor: um coronel reformado da Polícia Militar de SP que, desde março de 2012, era assessorado por outros três coronéis reformados, também da PMSP. Havia, sem sombra de dúvida, uma questão de gênero em cena: uma mulher, antropóloga e advogada militante no campo dos direitos humanos substituindo quatro coronéis reformados frente a guardas universitários majoritariamente homens.

Foi realmente estranho passar as minhas primeiras horas na condição de superintendente ouvindo o coronel Luiz de Castro Júnior narrar histórias de uma USP

³ - <http://www5.usp.br/37800/usp-divulga-resultados-de-consulta-a-comunidade-sobre-escolha-de-reitor-e-vice-reitor/>

que eu conhecia a partir de pontos de vista e pressupostos muito diversos dos dele. Mas justamente ao me dar conta disso, fiz a conversa render mais e, inclusive, realizamos, em uma “viatura” da Guarda Universitária, um “reconhecimento da Cidade Universitária”, durante o qual fui levada a entradas e saídas de pedestres, pequenas ruas e (re)cantos que eu desconhecia.

Foi ele quem me apresentou a sala da superintendência, localizada no térreo de um prédio originalmente concebido como parte do Conjunto Residencial (CRUSP), mas, há décadas, ocupado por setores administrativos. Na porta da sala que passaria a ser usada por mim ainda restava a placa “Vice-Reitor”. Impressionaram-me o tamanho da sala, maior do que algumas em que eu já lecionara, e as enormes janelas de vidro voltadas para um jardim interno. No interior, duas grandes mesas: uma oval, para reuniões, rodeada por cinco confortáveis cadeiras, e outra, retangular, reservada ao “titular da pasta”.

Também fui apresentada à secretária, aos funcionários e funcionárias do “administrativo” e ao chefe do “operacional”. Essas e inúmeras outras categorias e “estruturas elementares” eu só entenderia com o passar dos dias, das semanas e dos meses. De imediato, apenas constatei que me cabia agir como qualquer antropólogo(a) quando aporta em um novo campo e que, por praticamente nada entender do léxico local, torna-se alvo de atenções e de chacotas. Era preciso que eu me portasse como “uma criança naquele mundo”, assumindo-me ignorante e disposta a aprender as coisas mais básicas (Seeger, 1980).

Certamente, não era isso o que funcionários e funcionárias esperavam da professora recém-chegada, o que provocou olhares desconfiados, mas, ao mesmo tempo, certa solidariedade e vontade de me informarem e mostrarem quem melhor dominava os saberes locais.

E foram tantas as informações, nos primeiros dias que, após algumas horas de escuta e registros, eu me sentia exaurida, como quem tenta, em vão, compreender uma língua desconhecida, da qual domina apenas vocábulos dispersos, mas não os tempos verbais, os conectivos, as concordâncias, as entonações, enfim, as sutilezas que realmente importam para alcançar as significações.

Muitas “pequenas coisas” me causaram estranheza nessas aproximações iniciais e me permiti reagir a elas, deixando logo transparecer eu não considerava aprender sinônimo de reproduzir mecanicamente.

Na primeira semana de trabalho, por exemplo, segui a sugestão do coronel de contar com o “carro oficial” para me buscar e levar em casa. Logo, porém, percebi que aquilo mais me aprisionava do que me trazia conforto e, entre as minhas primeiras decisões como superintendente, além de eu ter pedido à secretária que tomasse providências para que o cheiro de cigarro entranhado na sala se dispersasse, anunciei que eu chegaria e sairia da universidade por conta própria, como de costume, devendo o carro oficial ficar à minha disposição somente para deslocamentos ao longo da jornada de trabalho.

Foi com curiosidade, entusiasmo e certo desconforto que os funcionários do “administrativo” reagiram à essa e outras de minhas posturas⁴. Nada, porém parece tê-los surpreendido mais do que eu dedicar um bom tempo para, individualmente e sem pressa, ouvi-los. Comecei a fazer um “caderno de campo” dessas escutas, mas abandonei-o, com o passar dos dias, pois conversas inesperadas também aconteceram em locais inesperados. O caderno de campo se transformou em um amontoado de “folhas de campo”,

Retomando e organizando esses papéis, hoje percebo que fiz uma espécie de “genealogia” e que um dos primeiros desafios que me absorveu foi a composição, a partir de distintas falas e de documentos esparsos, do quebra-cabeças que é segurança na USP. Ele é formado peças não auto-evidentes: guardas universitários, vigias “orgânicos”, vigilantes terceirizados e policiais militares. Sem receio de errar, afirmo que, assim como eu, praticamente todos os docentes, estudantes e funcionários, inclusive alguns do próprio sistema de segurança, não fazem a menor noção de como essas peças se compõem.

Na verdade, o que eu queria e precisava saber, com a máxima urgência, seja para sobreviver institucionalmente, seja para saciar minha curiosidade intelectual-etnográfica era aparentemente óbvio, mas efetivamente misterioso: afinal, o que era a Superintendência de Segurança? Quais suas competências? Quem a compunha? Como pessoas, grupos e instâncias de poder da Universidade se articulavam (ou não) em seu interior e em seu entorno? O que me caberia fazer, com que autoridade, dirigindo-me a quem e podendo demandar o quê?

⁴ - Passarei a utilizar apenas a forma masculina para me reportar a funcionários e funcionárias, mas sem perder a noção das implicações do grande desequilíbrio numérico entre os primeiros e as segundas, o qual explorarei, mais adiante.

Decididamente, eu me senti, nesses primeiros passos, uma solitária antropóloga em trabalho exploratório de campo, sem etnografias anteriores que me respaldassem e à mercê de tudo e todos, cumprindo um papel cujo alcance me escapava.

Mas, superados alguns picos de angústia e desânimo, compreendi e aceitei que havia me metido em uma empreitada complexa e não cabia desistir sem insistir.

3. “Ora, a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens”

(Durkheim e Mauss 1994: 184)

Embora a Guarda Universitária existisse desde 1984⁵, eu estava à frente de uma das mais novas e midiáticas instâncias da USP, criada em 27/02/2012⁶ em resposta ao assassinato de um estudante do período noturno de ciências contábeis, ocorrido, em 2011, no estacionamento da Faculdade de Economia e Administração (FEA) a Cidade Universitária, o que também levou o então reitor João Grandino Rodas a firmar um polêmico convênio com a Polícia Militar de SP para que atuasse nesse *campus* de forma mais ostensiva⁷.

Na seqüência das minhas surpresas, sequer o nome da superintendência estava livre de confusão, pois, do Diário Oficial no qual saiu minha nomeação constava: “Designando, a partir de 15-4-14, a Profa. Dra. ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER para responder pela função de Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária, junto à Superintendência de Segurança da Reitoria da Universidade de São Paulo”⁸.

Como categorias de pensamento, nomes de instituições e de pessoas definem “qualidades” e não o contrário (Durkheim e Mauss 1994: 198; Schritzmeyer, 2007), ou seja, como aquilo que é elaborado socialmente no plano lógico cria “realidades”, tomei

⁵ - O reitor Antonio Hélio Guerra Vieira, atendendo às recomendações do Conselho Universitário e às reivindicações da comunidade, baixou, em 24 de maio de 1984, a portaria GR 1616 criando a *Central de Operações* junto à *Prefeitura do Campus da Cidade Universitária*, sob a responsabilidade da então prefeita Profa. Maria Adélia Aparecida de Souza, a quem coube elaborar e implantar o primeiro para o *campus*, sob coordenação do diretor técnico Roberto Salvador Scaringela.

⁶ - Resolução nº 6.062. Art. 31 – Fica criada a Seção XIII-C – DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA no Capítulo VI, do Título II do Regimento Geral. Art. 32 – Fica criado o art 38-C, com a seguinte redação: “Art 38-C – À Superintendência de Segurança (SEG) compete planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à segurança patrimonial e pessoal no âmbito da Universidade de São Paulo”.

<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6062-de-27-de-fevereiro-de-2012>

⁷ - <http://www.usp.br/imprensa/?p=13553>. Outra pesquisa, ainda por fazer, seria a de, a partir do levantamento de várias e discrepantes notícias (de vários e distintos jornais), analisar percepções relativas à presença da PM no *campus*, seja nessa ocasião, seja antes e/ou depois do assassinato de 2011.

⁸ - <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/69097286/dosp-executivo-caderno-2-15-04-2014-pg-81>

como ponto de partida fundamental que havia uma disputa-chave de sentidos entre as categorias *segurança*, *prevenção* e *proteção* e que valia a pena investir nessa análise.

Teria a instituição (SEG) que portar a máscara da força, da firmeza e da dureza geralmente atribuídas ao conceito de *segurança*, enquanto a pessoa responsável por dirigi-la teria que transmitir o acolhimento e o cuidado normalmente relacionados aos conceitos de *prevenção* e *proteção*? Estaria o reitor, de algum modo, sinalizando isso ao substituir um coronel reformado por uma professora de antropologia, pesquisadora e militante no campo dos direitos humanos?

E as categorias guardas, vigias, vigilantes e policiais? Por que se sobrepunham?

Descobri que “guardas” eram oficialmente “agentes de segurança”, contratados pela Universidade, mediante concurso público específico, e que havia, na maioria dos dez *campi*, várias equipes “operacionais”, “fardadas”, “atuando nas ruas”, em três turnos⁹.

Informaram-me que todos “os operacionais” do interior estavam subordinados às respectivas prefeituras, cujos prefeitos, por sua vez, estariam em sintonia com as diretrizes gerais da SEG. Os “operacionais” dos três *campi* da capital (três equipes em cada *campi*, portanto, nove no total¹⁰) subordinavam-se diretamente à SEG, mediadas pelos respectivos líderes de cada equipe, por um líder geral do *campus* e um líder mais geral ainda dos três *campi* paulistanos (não formalmente assim reconhecidos)¹¹.

Os vigias “orgânicos”, aproximadamente em todos os *campi*, também funcionários contratados mediante concurso público e atuantes no espaço interno de unidades administrativas e de ensino (prédios de faculdades, institutos, museus), exerciam, na prática, as mais diversas funções, de zeladoria a serviços gerais.

⁹ - Nessa ocasião, foi que tive clareza de quais eram os dez *campi* da USP: três na capital (CUASO – Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, também conhecido como *campus do Butantã*; Quadrilátero da Saúde e Direito; USP-Leste) e sete no interior (Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos).

¹⁰ - No *campus do Butantã*, por exemplo, uma equipe trabalhava das 6h às 15h; outra das 14h às 23h e a terceira das 22h às 6h. Na prática, considerando folgas, férias e afastamentos, embora fossem aproximadamente 20 os guardas alocados em cada equipe (60 no total, e apenas uma mulher entre eles), no máximo eram 15 os que, a cada dia da semana efetivamente estavam “na rua”, número que caía ainda mais, aos finais de semana, em uma área de 4.420.284,41 m² pela qual circulam aproximadamente 100 mil pessoas e 90 mil veículos, diariamente, de 2^a à 6^a feira, além de muitos esportistas, todos os sábados, até as 12h.

¹¹ - Apesar de minhas várias demandas para que contabilizássemos, com exatidão, quantos eram, afinal, os “agentes de segurança” em cada *campus*, somente me chegaram “números mais exatos” em relação aos da capital: 7 no *Serviço Técnico-Administrativo* (recursos humanos, compras, protocolo e expediente, serviço de transporte/frota, patrimônio e estatísticas); 117 guardas “operacionais” nos três *campi* da capital, incluídos os operadores de rádio da Central de Operações do Campus (COC) e prestadores de consultoria para o monitoramento eletrônico de prédios; além de 12 incumbidos de divulgar e adequar, nos *campi* do interior e museus, as diretrizes da SEG (total = 136 agentes).

Respondiam aos dirigentes das respectivas unidades, constituindo um grupo cuja carreira estava em extinção, o que descobri ao participar de várias e difíceis reuniões na reitoria, nas quais discutimos possibilidades de redefinir a situação dos mais de 500 funcionários nessa condição¹².

Enfim, a divisão entre os setores “administrativo”, de “monitoramento”, “operacional”, “institucional” e dos *campi do interior* eram como verdadeiros clãs totêmicos. Compreender como se dividiam implicava compreender muitas hierarquias e disputas.

No “administrativo” estavam alocados majoritariamente ex-agentes operacionais que passaram a lidar com recursos humanos da própria superintendência (lançamento das frequências, férias, afastamentos, folgas), com burocracias, providências relativas às motos e “viaturas” da Guarda Universitária (os automóveis, em grande parte, eram alugados¹³), com a compra de materiais e outras demandas que envolvessem a burocracia universitária. O fato de esses ex-agentes terem “saído das ruas”, vestirem-se “à paisana” e trabalharem de 2ª à 6ª feira, das 9 às 18 horas, sem terem que se rodiziar nos finais de semana e feriados, embora seguissem recebendo um adicional periculosidade (em princípio, poderiam ser chamados a atuar nas ruas, em caso de necessidade), mostrou-se um marcador significativo entre eles e os guardas, no sentido de que alguns dos “fardados” interpretavam a “rotina tranquila do administrativo” como um privilégio indevido.

Militares X Civis?

Meu primeiro contato com um grupo de “operacionais”, no *campus do Butantã*, os quais passarei a chamar de guardas, se deu poucos dias após eu ter assumido.

Lembro-me de ter perguntado onde estavam alguns líderes de equipes e de ter obtido a resposta, ao mesmo tempo constrangida e acusatória, de que eles se encontravam em uma reunião da *Associação dos Servidores do Sistema de Segurança*

¹² - Até eu ser exonerada, em janeiro de 2015, nada foi redefinido em relação a eles. A proposta da reitoria era manter como vigias apenas os que realmente exerciam tal atividade e reenquadrar os demais, considerados “em desvio de função”, o que implicaria, para eles, a perda de um adicional. Esse ponto, politicamente delicado, parecia-me correto enfrentar, todavia, feito isso, os vigias passariam a responder diretamente à SEG e não mais aos dirigentes das unidades nas quais continuariam trabalhando. Isso me pareceu inadequadamente centralizador, ainda mais sem qualquer proposta de treinamento dessas pessoas a um projeto integrado de segurança. Este foi o ponto a partir do qual a conversa não evoluiu.

¹³ - Quando assumi, informaram-me que estava para vencer o período de uso dos veículos alugados (que variavam de modelos simples, 1.0, a pick ups imponentes), havendo a previsão de que seriam trocados por novos, tanto em razão do tempo de uso (2 anos) quanto da quilometragem (mais de 80 mil km), mas nada aconteceu durante a minha gestão. Como os maiores gastos da SEG saíam do orçamento da reitoria, eu não tinha nenhum controle dessa e de outras decisões e procedimentos.

da USP (ASE-USP). Alguns funcionários administrativos, com certo tom de fofoca, contaram-me que tal associação havia cumprido um “papel contestador e de resistência”, à “época dos coronéis”, embora também fosse uma espécie de “poder paralelo”, no interior da Guarda, e inclusive tivesse estabelecido disputas entre os próprios guardas.

Imediatamente entrei na *internet* e achei:

16/4/2014

LIVRO DE VISITA ASEUSP - www.aseusp.com

VITÓRIA!!!

Estamos livres... uma nova Superintendente e Professora da USP, uma Antropóloga, Jurista e Cientista Social, Professora Mestra Doutora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer foi eleita e apresentada como a NOVA Superintendente da GUARDA UNIVERSITÁRIA, que bons ventos nos guiem e que todos os fardas azuis estejam de prontidão para que nossa união não acabe e nossa vontade de fazer o correto jamais cesse!



Sem consultar ninguém, simplesmente declarei que aproveitaria a tal reunião para, de uma só vez, apresentar-me a todos que lá estivessem, o que causou um susto generalizado, a começar pelo funcionário administrativo que me levou ao local da reunião: uma sala de aula, de outro prédio (Casa de Cultura Japonesa) com aproximadamente 30 cadeiras distribuídas em círculo.

Quando cheguei, todos se levantaram. Por um instante, achei que bateriam continência, mas logo pedi que se sentassem, apresentei-me e sugeri uma rodada de apresentações, à qual se seguiu uma enxurrada de depoimentos relativos aos “problemas da Guarda” e às expectativas em relação à minha nomeação. Foram momentos densos, uma espécie de grupo focal improvisado e meio catártico.

Nos dias que se seguiram, prossegui conversando com alguns guardas, especialmente com os “chefes” ou “líderes” das equipes operacionais da Cidade Universitária. Visitei a Central de Operação do Campus (COC), localizada nos fundos da Prefeitura, onde guardas recebiam e registravam chamados telefônicos e de rádio e conheci o líder e o vice-líder do “institucional”. Eles coordenavam uma equipe formalmente “operacional”, também composta por guardas, mas pejorativamente denominados pelos outros guardas como “capangas” ou “guarda-costas” do reitor por que trabalhavam todos de terno e gravata pretos, exclusivamente no prédio da reitoria, onde permaneciam sempre em pé, na entrada principal, olhando firmemente para quem quer que se aproximasse e se dirigisse ao balcão de recepção. Normalmente, também acompanhavam o reitor em eventos, tanto fora da USP quanto intra e inter *campi*.

Meses depois, eu perceberia que, entre os “institucionais” e os “operacionais”, a categoria “guardas” e mesmo “Guarda Universitária” só operaria como um amálgama quando, diante de “situações de perigo para o reitor e seu *staff*” (como picos de tensão ligados à greve), todos agissem como um só grupo.

As peças do quebra-cabeças iam se encaixando.

4. “Uma criança no *staff*”

Simultaneamente a esse mergulho etnográfico nos subgrupos internos à SEG, comecei a frequentar as reuniões do *staff* do reitor, grupo formado pelo vice-reitor, secretário geral, chefe de gabinete, pró-reitores(as), outros(as) superintendentes e alguns coordenadores de agências e de coordenadorias da Universidade¹⁴. Lá estava eu, novamente, como “uma criança no mundo”, meio perdida nos espaços da reitoria, aprendendo mais uma língua e novos rituais.

O telefone celular institucional que eu recebera, na primeira semana, era a principal ponte não apenas entre mim e esses mundos, mas entre esses mundos e a minha vida pessoal. Fui orientada a deixá-lo ligado 24 horas por dia e, constantemente, recebia ligações e mensagens. Só depois de algum tempo, dei-me conta de que, ao invés de ser um privilégio ter um *iPhone* com “plano ilimitado e praticamente tudo desbloqueado”, tratava-se de uma espécie de corrente que me mantinha ligada ininterruptamente à USP. Quer fosse pelo novo hábito de eu ter um celular ligado o tempo todo, quer fosse porque tudo me exigia demasiada atenção, meu sono foi se tornando cada vez mais leve, meu ritmo de vida mais apressado e meu corpo e mente mais e mais cansados. Essa aceleração exaustiva, longe de me proporcionar mais tempo para as atividades docentes e de chefia do departamento (as quais eu não abandonei), pelo contrário, produziu-me um esgotamento crescente, ao qual eu creio que sobrevivi justamente por não ter deixado de dar aulas, palestras e de participar de congressos que me fizeram viajar de tempos em tempos.

Esse redemoinho me fez lembrar bastante de uma pesquisa que realizei, com outros colegas, entre 2006 e 2007, em cartórios judiciais cíveis do estado de São Paulo. Vários cartórios nos declararam que, dado o volume interminável de tarefas, eles

¹⁴ - Por exemplo: a AUCANI – Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional; a CODAGE – Coordenadoria de Administração Geral e a Procuradoria Geral da Universidade e, à época, a CAECO – Comissão Assessora Especial incumbida de conduzir o processo de revisão do Estatuto da USP.

jamais sentiam a satisfação da “missão cumprida”. Alguns até tentavam simular tal sensação, deixando diariamente sobre suas mesas apenas uma quantidade de autos processuais que imaginavam conseguir despachar até o final do dia. Com a mesa vazia, ao término da jornada de trabalho, mesmo havendo vários autos escondidos, à espera, produzia-se alguma gratificação (Silva; Schritzmeyer *et al.*, 2008).

Mas o que eu menos senti, ao longo dos nove meses à frente da SEG, em especial no convívio com o reitor e com a maior parte dos membros de seu *staff*, foi gratificação. Excetuando um acontecimento ocorrido em junho de 2014, relacionado à presença do MTST no *campus do Butantã*¹⁵, eu me sentia uma “estranha no ninho”.

No *staff*, além de eu ser a superintendente apenas em exercício, em uma espécie de período probatório, eu era uma das poucas mulheres; talvez a mais jovem; certamente a menos titulada; a que nunca havia colaborado com outras gestões reitorais; a que se vestia de forma mais descontraída; a que fazia muitas anotações e opinava sempre que o tema era segurança, violência, cuidados.

Entre a sala de reuniões do *staff*, a minha sala na superintendência e os meus conhecidos espaços acadêmicos na FFLCH e no departamento de antropologia, desnudou-se totalmente a opressiva e piramidal estrutura de poder da Universidade, super centralizada na reitoria, em professores titulares do sexo masculino e com poucos canais verdadeiramente eficazes de comunicação entre os diversos órgãos e instâncias.

¹⁵ - No final de uma fria tarde de junho, o reitor, muito preocupado, chamou-me para saber qual seria a melhor forma de impedir a entrada e a permanência de uma marcha do MTST na Cidade Universitária, a qual já estava anunciada como bem vinda pelo SINTUSP, que recepcionaria todos em um gramado, onde seria montada uma grande tenda. Após mais de três horas de tensa argumentação, e com o apoio de dois colegas, consegui convencê-lo de que o melhor seria, em nome da USP, ele receber a marcha e inclusive oferecer abrigo para as famílias nas quadras cobertas do CEPEUSP (Centro Poliesportivo). Sorrindo, despedimo-nos, e ele me disse: Se não der certo vou ter que me entender o governador e você comigo! Deu certo. Ao final de três noites, muitíssimo agradecidos, os participantes da marcha deixaram o CEPEUSP mais limpo do que o haviam encontrado. Apesar de o reitor não ter feito nenhum alarde desse acontecimento, nem mesmo em propaganda própria, tampouco ter me cumprimentado pelo sucesso da empreitada, foi muito gratificante trabalhar com vários colegas que acabaram me apoiando e ajudaram a fazer aquela emocionante “recepção” ser um sucesso. Naqueles dias, como nunca, senti que a USP era, de fato, uma universidade pública.



Sindicato dos Trabalhadores da USP

Boletim 60- SP01/07/2014 - Gestão: Sempre na Luta! Piqueteiros e Lutadores - 2014/2016 - (36^o dia da greve)

HOJE, 1/7 [TERÇA-FEIRA]

FUNCIONÁRIOS APROVAM RECEBER NA USP OS COMPANHEIROS SEM TERRA DE 4^ª PARA 5^ª FEIRA

Há 27 dias, em Marcha Nacional em defesa da Reforma Agrária, cerca de 300 companheiros sem terra chegam a São Paulo na quarta-feira por volta de 11 horas.

Nossa assembleia aprovou, por unanimidade, receber os companheiros que montarão um circo (acampamento) nos fundos do Teatro da ECA de quarta para quinta-feira.

Os companheiros sem terra convidam os trabalhadores da USP a realizar um Ato Unitário com o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e Sem Terra) por moradia, por terra, em defesa da Universidade Pública e Gratuita e contra a repressão: libertação do Fábio Hideki e reintegração dos 42 metroriários demitidos durante a greve.

Outra pesquisa que sempre me vinha à lembrança, nesse sentido, era a realizada no Núcleo de Estudos da Violência da USP, entre 1996 e 1998, na qual me encarreguei de mapear a formação de magistrados da justiça comum do estado de São Paulo, desde o concurso de ingresso na carreira até a aposentadoria (Adorno *et al.*, 1998). No *workshop* que antecedeu o fechamento do relatório desse trabalho, juízes convidados reconheceram a estrutura piramidal androcêntrica e gerontocrática do poder judiciário brasileiro, centralizada nos tribunais superiores, carente de canais de comunicação entre suas instâncias, produtora de tensões não só nas vidas pessoais e profissionais dos magistrados, mas no funcionamento da própria instituição (Schritzmeyer, 1998).

5. Da observação participante à participação observante.

Meu aprendizado da complexidade e das sutilezas dessa estrutura de poder da USP, na qual eu estava entranhada, bem como da magnitude da Universidade e de seus 10 *campi*, avançava bem quando, no final de maio de 2014, teve início uma greve que se prolongou por aproximadamente 120 dias¹⁶. Como toda crise, essa foi especialmente boa para revelar, ainda com mais clareza (e dureza), posições de poder e gargalos dos principais conflitos em jogo.

O prédio em que a superintendência estava instalada foi um dos primeiros a ser piquetado pelo movimento grevista, tanto por se tratar de um edifício administrativo quanto por, conforme eu já expus, ser objeto de disputa entre a reitoria e as demandas estudantis por moradia.

A questão, sempre delicada, de quais serviços são essenciais em uma universidade em greve se colocou, para mim, de uma perspectiva inusitada, pois, embora os próprios agentes de segurança da Guarda Universitária reconhecessem a importância de seu trabalho, especialmente em uma situação como aquela, de riscos para as pessoas e o patrimônio, eles também se questionavam como funcionários que partilhavam certas pautas do movimento grevista.

Entre o final de maio e o final de setembro, a sede da superintendência foi transferida para salas vazias de um espaço ainda parcialmente ocupado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), entre blocos das moradias estudantis. Por dias, ficamos sem ramais telefônicos, mesas e cadeiras, o que, aos poucos, se resolveu, mas se manteve de

¹⁶ - O estopim do movimento foi a declaração, pela reitoria, de que o aumento seria de zero%.
<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/09/a-linha-do-tempo-da-greve-na-usp/>

forma improvisada até retornarmos ao prédio original. Especialmente os agentes do operacional que, diariamente, tinham que “vestir o uniforme”, viram-se em uma situação delicada, pois seus vestiários estavam no prédio piquetado.

Foi nesse contexto, de crescente turbulência, em que voltou à tona a questão da presença de policiais militares no *campus*, que o emaranhado de agentes de segurança, vigias “orgânicos” e dos muitos vigilantes terceirizados (espalhados por prédios e estacionamentos) esclareceu-se ainda mais para mim.

Coincidentemente, o contrato de uma das principais empresas prestadoras de serviços de vigilância estava vencendo e, em função disso, tive de me inteirar do número de postos existentes, passíveis de serem extintos ou realocados. Compreendi que “postos” equivaliam, geralmente, a dois ou mesmo três vigilantes que se rodizavam ao longo de um dia, o que implicava concluir que os aproximadamente 600 postos espalhados pela Cidade Universitária envolviam entre 1.500 e 1.800 vigilantes a cada 24 horas.

A relação cotidiana entre os guardas universitários e esses vigilantes, excetuando os que trabalhavam nas principais entradas e saídas de veículos, era, principalmente, de controle de presença. Em suas rondas, os guardas verificavam se os vigilantes estavam ou não em seus postos e, em caso de irregularidades (ausências ou estarem dormindo em serviço), registravam-nas para que o funcionário administrativo, responsável pelo contrato, notificasse a empresa.

Não cabe, aqui, detalhar o crescente processo de terceirização que, nos últimos anos, tomou conta, nas universidades públicas de todo o país, dos serviços considerados “atividades meio” (alimentação, limpeza e segurança), em nome de mais e melhor se investir nas chamadas “atividades fim” (ensino, pesquisa e extensão). Vale, porém, lembrar que não existem ainda estudos consistentes sobre os resultados, seja a curto, médio ou longo prazo, das múltiplas conseqüências dessa terceirização. Aliás, mal existem estudos sobre as políticas de segurança praticadas nas universidades brasileiras. Todavia, apesar da escassez de material analítico, julgados de vários tribunais de justiça apresentam decisões que demonstram ser economicamente problemáticas, seja para universidades seja para instituições públicas em geral.

Embora, em um primeiro momento, a redução do número de funcionários ligados à segurança pessoal e patrimonial represente uma economia nas folhas de pagamento de órgãos públicos, muitas das empresas que oferecem serviços de segurança privada no Brasil apresentam uma série de problemas que, não raramente,

levam-nas à falência, sobrando para as instituições contratantes o ônus de arcar com os encargos trabalhistas. Em vários desses casos, o montante de tais encargos supera o das economias acumuladas durante o período de terceirização dos serviços.

Não bastasse esse aspecto econômico, o perfil majoritário dos trabalhadores das empresas de segurança privada no Brasil é comprometido pela baixa escolaridade, a falta de capacitação para o devido exercício das atividades, a alta rotatividade e o fato de alguns serem oriundos de corporações policiais das quais foram expulsos, obviamente por graves motivos. Os responsáveis por essas empresas (muitas vezes não os que legalmente constam como tais) são também, em vários casos, ex-policiais ou policiais reformados cujas metas no campo da segurança visam mais ao lucro do que aos interesses públicos.

Levando em conta essas reflexões, que eu já trazia de outras experiências no campo da segurança pública¹⁷, foi inevitável, para mim, ao perceber, na USP, um processo acelerado de terceirização, deixar de me posicionar a respeito, tanto que durante, e principalmente ao final da greve, comecei a expressar, em diferentes ocasiões, inclusive em reuniões do *staff*, a ideia de que uma nova política de segurança para a Universidade deveria articular ajustes internos na SEG, com foco na valorização da Guarda Universitária, combinados a inovações nos canais de comunicação existentes (ou a serem criados) entre a própria SEG, a comunidade USP e as instâncias administrativas da Universidade, da sociedade civil organizada, dos governos municipal e estadual, inclusive a Secretaria de Segurança Pública.

Penso que nasceram aí, simultaneamente, um maior compromisso político meu com a função de superintendente e a ideia de me exonerarem da SEG, pois, mais do que antropóloga-observadora-participante, eu passei a atuar como antropóloga do direito que militava, junto ao *staff* do reitor, em prol de uma política de segurança universitária de alto grau de complexidade quanto ao planejamento, execução e processos de contínua avaliação. Quanto mais a greve crescia, mais a reitoria se desgastava em relação frente a docentes, estudantes e funcionários, ao ponto de a maioria dos que a haviam apoiado, à época das eleições, passarem a críticos mordazes, inclusive eu.

Nos pequenos e improvisados espaços de trabalho da SEG, no entanto, os laços de solidariedade entre mim e os agentes da Guarda se fortaleciam, creio que tanto por

¹⁷ - Fui assistente técnica de gabinete da Secretaria de Segurança Pública de SP no final do Governo Mário Covas (2000-2001).

perceberem que eu estava me tornando uma aliada de suas causas, quanto pelo meu modo de conduzir o exercício da superintendência, quanto ainda pelo simples fato de que, naquele espaço, não havia nenhuma pompa e circunstância separando a minha pequena mesa das demais salas e corredores pelos quais todos transitavam.

Minha politização ganhou força em junho, quando inclusive chamei o colega Guaracy Mingardi para me assessorar. Ele já tinha colaborado com a Guarda Universitária da USP durante a chamada “gestão Ronaldo Pena”, anterior à dos coronéis, mas a chegada de Guaracy causou vários ruídos entre os guardas, a equipe administrativa da SEG e membros do *staff*. Alguns guardas suspeitavam que Guaracy reimplantaria práticas semelhantes às dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) da PM de SP, o que agradava a uns e desagradava a outros. Na reitoria, certa vez, ouvi de dois membros do *staff* que, finalmente, eu encontrara um guarda-costas. Outros, perguntavam-me por que alguém de fora da USP fora considerado. Enfim, ouvi muitas coisas, mas a razão principal que me levou a demandar a parceria de Guaracy foi, além da sobrecarga de trabalho, a vontade de me liberar de certas tarefas “operacionais” mais corriqueiras e ter mais tempo para observar, compreender, analisar, pesquisar e pensar uma nova política de segurança para a USP.

Com a chegada de Guaracy, eu consegui não só (e, finalmente!) por em ação aquele Grupo de Trabalho sobre Segurança, para o qual o reitor havia inicialmente me convidado, como dei conta de seguir conversando com vários guardas, funcionários do “administrativo”, da COC, do “monitoramento” e do “institucional”.

Restava ainda fazer o que, lamentavelmente, mal realizei, até o final da greve e mesmo até o final da minha gestão: apresentar-me às equipes operacionais dos *campi* do interior e, ao menos no *campus do Butantã*, conhecer cada guarda de cada equipe, comparecendo ao local de trabalho no momento da “preleção”, quando, já “fardados”, eles se reuniam e ouviam as instruções do líder em relação a pendências do turno anterior e às atividades previstas para o turno em questão.

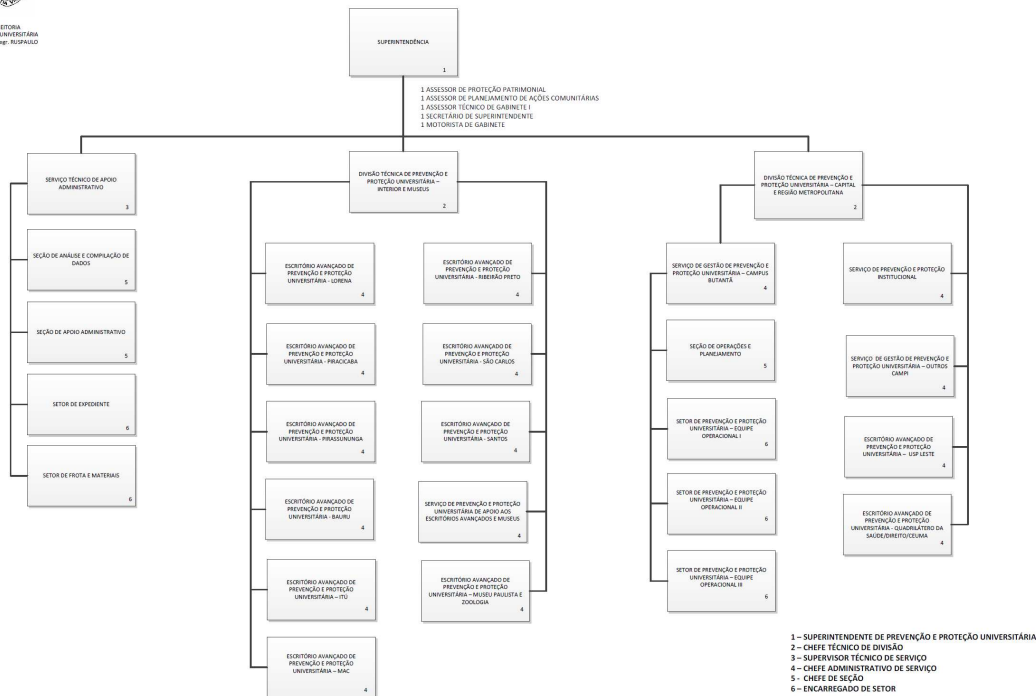
Mas das muitas conversas esparsas com os guardas, foi possível apreender duas questões-chave que especialmente lhes atormentavam. Independentemente de divergências pontuais, todos apontavam como inadequada a estrutura de poder da superintendência (o “organograma dos coronéis”) e a falta de uma identidade visual para a Guarda Universitária.

Esse “organograma” ou genealogia do poder interno era um retrato das posições hierárquicas definidas pelos “coronéis” e também das posições em disputa entre os agentes de todos os setores. O conjunto, visivelmente, remetia a “lutas por reconhecimento”, por poder e os gargalos estabelecidos pelas verbas de representação que, no conjunto, mais estimulavam atritos do que composições colaborativas.



REITORIA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
Estr. Temp. Roraimão

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL
JULHO/2014



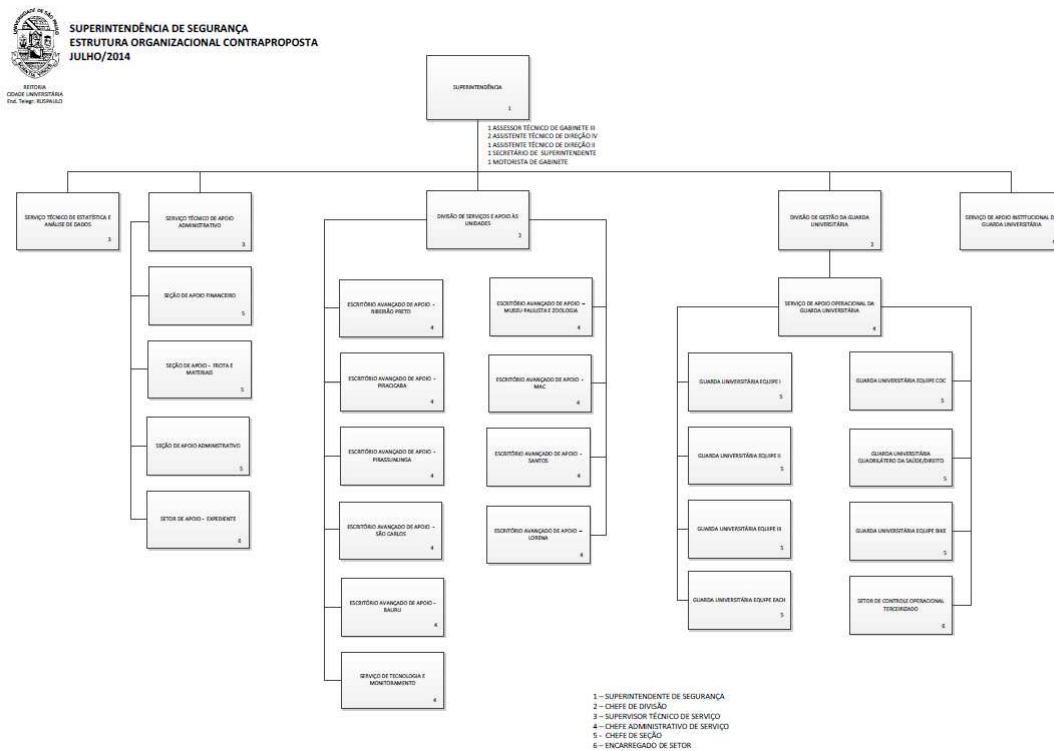
Mesmo em meio à greve, deflagrei um amplo processo de discussão e revisão desse organograma, acompanhado de debates relativos à identidade da Guarda.

Em diálogo com o GT que o reitor inicialmente propôs que eu presidisse (ao qual chamei de GTE: Grupo de Trabalho Externo¹⁸), criei um GTI, Grupo de Trabalho Interno, formado por todos os agentes que ocupavam as funções arroladas no organograma em discussão. Reunimo-nos, quinzenalmente, a partir de maio e, na medida do possível, avançamos naquilo que me parecia imprescindível: discutir as divisões internas e as possíveis colaborações entre e intra setores. Na minha opinião, algo semelhante a um Conselho Departamental deveria funcionar continuamente na

¹⁸ - Dele participavam, principalmente por decisão do reitor: dois prefeitos (o do *campus* da Capital e o de Piracicaba; quatro docentes (um da Escola Politécnica, uma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, uma da Escola de Comunicações e Artes e uma da Faculdade de Medicina); três superintendentes (o do Espaço Físico, o da Assistência Social e a Superintendente Jurídica,) um diretor do SINTUSP); um graduando (representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE), e apenas um membro externo (o vice-presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

SEG, proporcionando encontros entre funcionários que teriam o poder de pautar e deliberar a respeito de suas próprias atividades, cabendo ao(à) superintendente, presidir essa dinâmica. O GTI foi uma tentativa de semear isso.

Suas reuniões foram todas gravadas, transcritas e se produziram atas que foram distribuídas mesmo aos que não integravam o grupo. Chegamos, assim, a um novo organograma que, embora não parecesse tão distinto do anterior, tinha a qualidade resultar de debates travados pelas pessoas que preencheriam aquelas caixas com suas horas de trabalho.



Quanto à “identidade da Guarda”, o próprio coronel Castro já havia me anunciado residir aí “algo importante”. Ele trabalhara esse “algo” encomendando um detalhado projeto de uniformes, guaritas e viaturas a um *expert* no assunto. Esse projeto, no entanto, era muito criticado pelo guardas, em especial os uniformes, que perderiam a tradicional cor azul marinho e passariam a ser cinzas, “como os da PM”. Mas, na verdade, desde as primeiras conversas comigo, os guardas foram taxativos ao enfatizar que o maior problema em relação aos uniformes não era a cor, mas o “desgaste” e a inexistência de peças de reposição, o que implicava eles próprios terem que comprar vários itens. Ao dizerem isso, claro que estavam narrando mais do que o mero desgaste de roupas. Tratavam-se de narrativas sobre o desgaste de um grupo, de um projeto, de

trajetórias profissionais. Colocar a renovação dos uniformes em debate lhes permitiu se colocarem em debate.

O mesmo valia para o tema da Guarda jamais ter tido uma sede própria e, desde que fora criada, em 1984, ocupar espaços ociosos em outros prédios. Dedicamos horas a essa questão e fizemos um levantamento de onde, finalmente, mesmo levando em conta a crise financeira da USP, poderia ser instalada a nova sede, na qual todos os setores se reunissem, inclusive a COC e a futura central de monitoramento eletrônico que, de acordo com tratativas entre a prefeitura do *campus do Butantã* e a reitoria, seria estratégica.

No final das contas, nem os novos uniformes, nem as novas viaturas, nem a nova sede saíram do papel. Os guardas decidiram manter o azul marinho como a cor do uniforme e elegeram um novo tecido, considerando as “intempéries” a que está sujeito quem trabalha no sol, na chuva, no calor, no frio, de dia, à noite, enfim, em qualquer situação. Assim eles se viam: sujeitos a tudo, porém pouco reconhecidos. Vários narraram-me situações em que eram menosprezados por estudantes e docentes quando os abordavam em determinadas situações.

Das viaturas, pelo menos, tiramos parcialmente a sigla PPUSP, adotada à “época dos coronéis”, deixando apenas as letras USP, pois, segundo alguns guardas, PP remetia mais à **Polícia Pacificadora** do que à **Prevenção e Proteção**.

Era grande o ânimo dos guardas quando debatíamos suas “marcas”, o que, invariavelmente, os levava a recuperar memórias. Debates sobre a logomarca da Guarda, por exemplo, fizeram alguns me mostrarem antigas fotos e narrarem casos.

Foi assim que tive a ideia de realizar uma pesquisa que registrasse memórias dos e das guardas mais “antigos(as)”.



Mas, antes de algumas palavras finais sobre essa pesquisa, cabe registrar que, terminada a greve, cresceram, todavia, as tensões entre mim e a reitoria.

Coincidiu com o final da greve a publicidade de uma série de casos de assédio sexual e mesmo de estupro na Faculdade de Medicina da USP, bem como em outras

unidades, outros *campi* da USP e outras universidades paulistas, públicas e privadas. As demandas estudantis por um tratamento institucional minimamente atencioso e digno desses casos mobilizaram vários coletivos feministas e fizeram nascer as sementes do que se tornaria uma rede de professoras militantes no campo dos direitos sexuais e de gênero: *Rede Não Cala*¹⁹. Envolvi-me com essas questões e o tema da inexistência de mulheres nas equipes operacionais da Guarda Universitária da USP ganhou especial relevo, tanto que o segundo *Seminário da GU Aberto à Comunidade* tratou diretamente dessas polêmicas²⁰.

Enfim, outubro, novembro e dezembro de 2014 foram meses, na USP, de muitas mobilizações pós-greve e de um desgaste ainda mais acentuado da gestão reitoral. Em dezembro, antes de sair de férias, tive meu último contato com o *staff* e minha última conversa com o próprio reitor, na qual toquei em temas delicados relativos a um esquema de segurança no interior da Faculdade de Medicina, supostamente conivente com os casos de assédio e estupros e envolvendo, direta e/ou indiretamente, funcionários da unidade, membros do centro acadêmico, da atlética e, talvez, docentes.

6. Considerações finais

Minha previsão original era equilibrar, neste *paper*, relatos etnográficos (e autobiográficos) de minha passagem pela SEG com a pesquisa *Memórias de guardas universitários(as) da USP*, iniciada em agosto de 2015 e, atualmente, em fase de análise das entrevistas realizadas com 38 guardas.

Todavia, conforme registrei nas considerações iniciais, até este momento, eu não havia, ainda, sistematizado meus registros escritos, documentais, minhas memórias da experiência de ter sido uma antropóloga-superintendente-de-segurança e uma superintendente-de-segurança-antropóloga. Isto se impôs no processo de escrita deste texto que, ora se interrompe, mas não termina. Há muito mais a escrever, elaborar e

¹⁹ - <http://www.adusp.org.br/index.php/universidade2/2441-professoras-e-pesquisadoras-criam-rede-nao-cala-usp-contra-abusos-sexuais-e-de-genero>
<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/05/professoras-criam-rede-de-apoio-a-vitimas-de-violencia-sexual-na-usp/>

²⁰ - O primeiro seminário havia abordado experiências com segurança em outros *campi*, do Brasil e do exterior (<http://www.adusp.org.br/index.php/usp-segura/2177-politica-de-seguranca-da-usp-e-debatida-em-seminario-aberto>) e o segundo não se furtou aos problemas dos marcadores sociais da diferença e preconceitos nos *campi*:
<http://video.rnp.br/portal/video/video.action;jsessionid=8ECD01D7692D2D1223989394AEF5B292?idItem=24807>

principalmente há muitas articulações possíveis entre as memórias e narrativas dos(as) guardas e o que com eles e elas eu aprendi ao longo dos meses em que convivemos.

Ninguém passa impunemente pela área de segurança pública. Questões muito espinhosas, tanto pessoais quanto sociais e institucionais estão o tempo todo em jogo. Como eu disse ao me despedir das equipes, quando da exoneração, é difícil trabalhar em um campo no qual, quando tudo “corre bem”, não há notícias nem alardes, pois parece que nada está acontecendo. Esse é o campo dos direitos humanos e também o da segurança pública. Sobre eles, seguirei refletindo, porque neles prosseguirei trabalhando.

7. Referências bibliográficas

- ADORNO, S.; CARDIA, N; PINHEIRO, P. S. (1998). *Direitos Humanos e Democracia — Proposta de Intervenção na Formação de Profissionais do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia no Estado de São Paulo/ Brasil*. NEV-USP; CEE (Comunidade Econômica Européia), 410 pp.
<http://www.nevusp.org/downloads/down005.pdf>
- DURHAM, E. (1986). “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas” In CARDOSO, R. (org). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 17-37.
- DURKHEIM, É. e MAUSS, M. (1994). "Algumas formas primitivas de classificação" In: *Durkheim - Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, pp. 183-203.
- FAVRET-SAADA, J. (2005). “Ser afetado” In *Cadernos de Campo*, n.13, pp.155-161.
<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50263/54376>
- MAGNANI, J. G. (2002). “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, junho, pp.11-29.
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749>
- SEEGER, A. (1980), “Pesquisa de campo: uma criança no mundo” In *Os índios e nós. Estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus, pp.25-40.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. (1998). “Por uma mudança no tempo do judiciário: percepções sobre seleção, formação e carreira de magistrados da justiça comum do Estado de São Paulo” In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: RT/IBCCRIM, ano 6, n° 24, outubro/dezembro, pp.257-268.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. (2007). “Nomes em julgamento: práticas judiciárias padronizando identidades sexuais” In Pina Cabral, João de & Viegas, Susana de Matos (org.) – *Nomes: Gênero, Etnicidade e Família*. Coimbra: Ed. Almedina, pp. 89-119.
- SILVA, P. E. A.; SCHRITZMEYER, A. L. P. et al.(2008). “Uma etnografia dos cartórios judiciais. Estudo de caso em cartórios judiciais do estado de São Paulo” In *Cadernos Direito GV – Relatório de Pesquisa*, 24, v.5, n.4, julho, 88 pp.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2819>
- SOARES, L. E. (2000). *Meu casaco de general. Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WACQUANT, Loïc (2002). *Corpo e Alma. Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.